



Fabrício Motta
Vanice Regina Lírio do Valle
Coordenadores

Prefácio

Juarez Freitas

**GOVERNO DIGITAL E A BUSCA POR
INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA**

A Lei 14.129, de 29 de março de 2021

2ª edição

área específica da obra

Direito Administrativo.

áreas afins do livro

Direito Digital. Governo Eletrônico.
Administração Pública.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 3999

Muito embora possa ser considerada uma diretriz geral colocada à Administração Pública desde o texto original da Constituição de 1988, a busca por eficiência tem sido incrementada a cada dia. A Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021, é a mais nova norma nesse cenário e elegeu a desburocratização, a inovação, a transformação digital e a participação do cidadão como instrumentos para aumentar essa eficiência. Esta obra contém artigos voltados ao entendimento da transformação digital a partir das diretrizes e preceitos da Lei nº 14.129/2021. Os textos que integram a obra contemplam experiências, interpretações possíveis e diálogos necessários com outras normas e ciências, para que a chamada “Lei do Governo Digital” possa, efetivamente, ser instrumento para a concretização de uma Administração Pública inclusiva, eficiente, transparente e eficaz na prestação de serviços públicos e na realização de suas demais atividades.

M921g Motta, Fabrício

Governo digital e a busca por inovação na Administração Pública: a Lei 14.129, de 29 de março de 2021 / Fabrício Motta, Vanice Regina Lírio do Valle. -- 2. ed. --. Belo Horizonte: Fórum, 2025.

276 p. 14,5x21,5cm
ISBN impresso 978-85-450-0987-0
ISBN digital 978-85-450-0986-3

1. Direito digital. 2. Governo eletrônico. 3. Administração Pública. I. Valle, Vanice Regina Lírio do. II. Título.

CDD: 340.0285

CDU: 34:004

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MOTTA, Fabrício; VALLE, Vanice Regina Lírio do. *Governo digital e a busca por inovação na Administração Pública: a Lei 14.129, de 29 de março de 2021*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 276 p. ISBN 978-85-450-0987-0.

Fabrício Motta

Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas (PPGDP-UFG). Conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás. Doutor em Direito do Estado (USP) e Mestre em Direito Administrativo (UFMG).

Vanice Regina Lírio do Valle

Pós-Doutorado em Administração pela EBAPE/FGV. Doutora em Direito pela UGF. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas (PPGDP-UFG). Procuradora do Município do Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Juarez Freitas	11
APRESENTAÇÃO	
Fabício Motta, Vanice Regina Lírio do Valle	15
NUEVAS TECNOLOGÍAS Y BUENA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA(ESPECIAL REFERENCIA A LA LEY BRASILEÑA 14.129 DE 29 DE MARZO DE 2021 DEL GOBIERNO ABIERTO)	
JAIME RODRÍGUEZ-ARAÑA	17
Introducción	17
1 La buena administracion en la carta europea de los derechos fundamentales de diciembre de 2000	20
2 La buena administracion en la carta iberoamericana de los derechos y deberes de los ciudadanos frente a la administración pública de octubre de 2013.....	27
3 Buen gobierno, buena administración y nuevas tecnologías.....	33
4 La buena administración electrónica en los principios de la ley brasileña 14.129 de 29 de marzo de 2021 del gobierno abierto	40
5 Etica, tecnologías y buena administración	43
Reflexión Final	44
GOVERNO DIGITAL: MAPEANDO POSSÍVEIS BLOQUEIOS INSTITUCIONAIS À SUA IMPLANTAÇÃO	
VANICE REGINA LÍRIO DO VALLE, FABRÍCIO MOTTA	47
Considerações iniciais	47
1 Opção conceitual ampliada do que seja o Governo Digital	50
2 Desafios à implementação do governo digital preconizado pela Lei nº 14.129/2021	54
Conclusão	64
Referências.....	65
A LEI Nº 14.129/21 COMO FACILITADORA NORMATIVA PARA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E GESTÃO DO CONHECIMENTO NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS	
SABRINA NUNES IOCKEN, RODRIGO GUERRA GARCIA	69
Introdução	69
1 O início da digitalização e os ritmos distintos de utilização pelos entes públicos brasileiros.....	72
2 Transformação Digital (TD).....	74
3 Gestão do Conhecimento nas organizações públicas	86
Considerações finais	91
Referências.....	93
ATO ADMINISTRATIVO DIGITAL	
RICARDO MARCONDES MARTINS	99
1 Formalização dos atos administrativos.....	99
2 Ato administrativo eletrônico	103
3 Vícios do ato administrativo eletrônico	107
Referências.....	108
A TRANSFORMAÇÃO DO GOVERNO DIGITAL: DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CONTROLE JUDICIAL DA DECISÃO ADMINISTRATIVA DIGITAL	
RAFAEL MARTINS COSTA MOREIRA	111
Introdução	111
1 O governo digital e a nova Administração Pública.....	112
2 Do emprego das novas tecnologias à transformação do governo digital	115
3 O desenvolvimento do governo digital para a promoção dos direitos fundamentais	122
4 Controle judicial da Administração Pública na era do Governo Digital: diretrizes básicas	128
Conclusão	133
Referências.....	135

TUTELA JURÍDICA AUTÔNOMA DO CIDADÃO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS A PARTIR DA LEI Nº 14.129/21

VIVIAN CRISTINA LIMA LÓPEZ VALLE	141
1 Administração Pública Digital e prestação de serviços Públicos.....	141
2 A necessária ressustancialização do conceito e do regime jurídico do serviço público.....	144
3 Incapacidades regulatórias no ambiente de prestação de serviços públicos na Administração Pública Digital.....	146
4 A tutela jurídica autônoma do cidadão na prestação de serviços públicos a partir da Lei nº 14.129/2021.....	147
Conclusões.....	152
Referências.....	153

GOVERNO DIGITAL: CORRELAÇÕES E IMPACTOS DA NOVA LEGISLAÇÃO EM RELAÇÃO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS – PRESTADORES E TITULARES

AUGUSTO NEVES DAL POZZO	157
Introdução	157
1 O sentido do signo “serviço público” na Lei do Governo Digital e a sua aplicação.....	158
2 Para uma ressignificação do princípio da eficiência em relação ao serviços estatais prestados à coletividade.....	162
3 Princípio da universalização dos serviços públicos.....	165
Conclusão.....	166
Referências.....	167

A LEI DO GOVERNO DIGITAL E OS LABORATÓRIOS DE INOVAÇÃO: INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, CIÊNCIA DE DADOS E *BIG OPEN DATA* COMO FERRAMENTAS DE APOIO À AUDITORIA SOCIAL E CONTROLE SOCIAL

ANDRÉ AFONSO TAVARES, CAROLINE MÜLLER BITENCOURT	169
Introdução	169
1 Governo digital e controle da Administração Pública: a utilização de inteligência artificial, ciência de dados e <i>big open data</i> no setor público.....	172
2 Laboratórios de inovação e controle social: a aplicação de ferramentas de tecnologia como apoio às auditorias sociais.....	182
Considerações Finais	191
Referências.....	193

ACESSO À INFORMAÇÃO E SEUS “DOIS MARIDOS”: DUAS LEIS EM UM MESMO TEMA – TRANSPARÊNCIA E TRATAMENTO DOS DADOS PÚBLICOS

JULIANO HEINEN	197
Introdução	197
1 Primeiras palavras – por que regular as informações públicas?.....	198
2 Segundas palavras – o direito de acesso à informação regulado por duas leis	204
3 O Governo Digital no Brasil: avanços impulsionados pela Lei nº 14.129/2021, desafios e o potencial da inteligência artificial.....	208
4 Derradeiras palavras – a interoperabilidade de dados entre órgãos públicos.....	211
Referências.....	213

LABORATÓRIOS DE INOVAÇÃO E A PROMOÇÃO DE UM GOVERNO DIGITAL

CARINA DE CASTRO QUIRINO, MARCELLA BRANDÃO FLORES DA CUNHA	215
Introdução	215
1 O que são laboratórios de inovação?.....	217
2 Qual o cenário dos laboratórios de inovação do setor público no Brasil?	220
3 O que justifica o esforço em definir e estabelecer diretrizes para laboratórios de inovação no setor público na Lei do Governo Digital?	223
4 Em síntese: como laboratórios de inovação podem ajudar na mudança para um Governo Digital?.....	230
Referências.....	231

O LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE ESTÍMULO PÚBLICO ÀS PARCERIAS CONTRATUAIS ENTRE O ESTADO E AS *STARTUPS*

ANDRÉ SADDY, HORÁCIO AUGUSTO MENDES DE SOUSA	233
Introdução	233
1 A atividade estatal estimulativa à ciência, à tecnologia e à inovação.....	235
2 O regime jurídico do laboratório de inovação e sua natureza instrumental para o estímulo público às parcerias contratuais entre o estado e as <i>startups</i>	242
Considerações finais	250
Referências.....	251

IMPACTOS DA LEI DO GOVERNO DIGITAL NO CONTROLE EXTERNO

HELOÍSA HELENA ANTONÁCIO M. GODINHO, MÁRCIO BATISTA MARINOT, WESLEY VAZ	255
Introdução	255

1	Controle externo da inovação: uma nova abordagem.....	259
2	LabContas e rede InfoContas	262
3	Novas funções dos Tribunais de Contas proporcionadas pelo LabContas e pela rede InfoContas	267
	Conclusão	269
	Referências.....	270
	 SOBRE OS AUTORES.....	 273

André Afonso Tavares

Doutorando em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito, Mestrado e Doutorado da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Mestre em Direito pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc/SC). Especialista em Direito Público pela LFG e em Auditoria Governamental pela AVM Faculdade Integrada. MBA em Ciência de Dados pelo Instituto de Gestão e Tecnologia da Informação (IGTI). Graduado em Direito e em Ciências Contábeis pela Unisul/SC. Graduando em Engenharia de *Software* pela Unicesumar. Advogado. *E-mail:* afonsotavares.andre@gmail.com

André Saddy

Pós-Doutor pela University of Oxford (Faculty of Law). Doutor Europeu em “*Problemas actuales de Derecho Administrativo*” pela Facultad de Derecho da Universidad Complutense de Madrid. Mestre pela Universidade de Lisboa. Pós-graduado pela Universidade de Coimbra. Professor de Direito Administrativo da Faculdade de Direito; do Mestrado em Direito Constitucional e do Doutorado em Direitos, Instituições e Negócios da Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor de Direito Administrativo do Departamento de Direito da PUC-Rio. Vice-Presidente do Instituto de Direito Administrativo do Rio de Janeiro (IDARJ). Sócio fundador do escritório Saddy Advogados. *E-mail:* andresaddy@yahoo.com.br

Augusto Neves Dal Pozzo

Doutor e Mestre em Direito Administrativo pela PUC-SP. Professor de Direito Administrativo e de Fundamentos do Direito Público na PUC-SP. Professor do Corpo Permanente do Programa de Pós-Graduação da *Universidad de Coruña*, na Espanha. Professor convidado do Curso de Pós-Graduação em Direito Administrativo da *Universidad de Belgrano*, na Argentina. Professor convidado do curso de “*Business and Compliance*”, na *Barry University*. Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos da Infraestrutura (IBEJI). Advogado e parecerista. Sócio fundador da Dal Pozzo Advogados. *E-mail:* augusto@dalpozzo.com.br

Carina de Castro Quirino

Subsecretária de Regulação e Ambiente de Negócios da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Município do Rio de Janeiro. Doutora em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FND/UFRJ). Fundadora do Laboratório de Regulação Econômica – UERJ Reg. Advogada. *E-mail:* carinacastrodir@gmail.com

Caroline Müller Bitencourt

Professora do Programa de Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc – Santa Cruz do Sul-RS, Brasil). Estágio Pós-Doutoral em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Doutora e Mestra em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Membro da Rede Docente Eurolatinoamericana de Direito Administrativo. Membro da Rede de Direito Administrativo Social. Presidente do Comitê de Direitos Humanos da Universidade de Santa Cruz do Sul. Coordenadora do Grupo de pesquisa Controle Social e Administrativo de Políticas Públicas e Serviço Público, vinculado ao CNPq. Advogada. Chefe do Departamento de Direito da Unisc. *E-mail:* carolinemb@unisc.br

Fabricio Motta

Doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas da Universidade Federal de Goiás (UFG). Conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM-GO). *E-mail:* fabriciomotta@gmail.com

Heloísa Helena Antonacio M. Godinho

Mestre em Administração Pública, Políticas Públicas e Gestão Governamental pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP/UNB). Conselheira-Substituta do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO). Vice-Presidente de Relações Jurídico-Institucionais da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). 1ª Secretária da Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas (Audicon). *E-mail:* heloisamonteiro@uol.com.br

Horácio Augusto Mendes de Sousa

Doutorando em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Mestre em Direito Empresarial pela Universidade Candido Mendes (Ucam). Especialista em Economia e Direito do Consumidor pela Universidad Castilla La Mancha – Espanha. Membro do Grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão em Direito Administrativo Contemporâneo (GDAC/UFF/PPGDC). Membro do Grupo de Pesquisa Estado, Democracia Constitucional e Direitos Fundamentais do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito da Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Membro do Instituto de Direito Administrativo do Estado do Rio de Janeiro (IDARJ). Coordenador e Professor da Pós-Graduação em Gestão Pública da Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Professor de Direito Administrativo, Constitucional e Econômico da Pós-Graduação da Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo (ESPGE). Professor convidado da Faculdade de Direito de Vitória (FDV) e da Fundação Getulio Vargas (FGV-RJ). Procurador do Estado do Espírito Santo. *E-mail:* horacio.augusto.sousa@gmail.com

Jaime Rodríguez-Araña

Doctor en Derecho por la Universidad de Santiago de Compostela. Catedrático de Derecho Administrativo en la Universidad de La Coruña. Presidente del Foro Iberoamericano de Derecho Administrativo y de la Asociación Española de Ciencias Administrativas. Presidente de la Sección Española del Instituto Internacional de Ciencias Administrativas. Director del grupo de investigación de Derecho Público Global de la Universidad de La Coruña. Director del Doctorado interuniversitario en Derecho Administrativo Iberoamericano. Coordinador General de la Red Iberoamericana de Contratación pública. Presidente del Consejo Académico del Instituto Iberoamericano de Estudios e Investigación. *E-mail:* rajaime@gmail.com

Juliano Heinen

Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor titular de Direito Administrativo da Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP). Professor de Pós-Graduação e Direito (UNIRITTER Laurent University, Universidade de Caxias do Sul e UNISC). Professor da Escola Superior da Magistratura Federal (ESMAFE), da Escola da Magistratura do Estado Rio Grande do Sul (AJURIS), da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), da Escola Superior de Direito Municipal (ESDM), entre outras. Procurador do Estado do Rio Grande do Sul e parecerista. *E-mail:* julianoheinen@hotmail.com

Marcella Brandão Flores da Cunha

Assessora na Subsecretaria de Regulação e Ambiente de Negócios da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Município do Rio de Janeiro. Mestre em Regulação pela Fundação Getulio Vargas (FGV) Direito Rio. Graduada em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). *E-mail:* marcellafloresdacunha@gmail.com

Márcio Batista Marinot

Mestre em Gestão Empresarial e especialista em Ciências Contábeis pela Fundação Getulio Vargas (FGV). Especialista em Análise de Sistemas e bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Espírito Santo (TCE-ES). *E-mail:* marcio.marinot@tcees.tc.br

Rafael Martins Costa Moreira

Doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com período de *visiting research* na Ruprecht Karls Universität Heidelberg, Alemanha. Mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS, 2016). Professor da Escola Superior da Magistratura Federal no Rio Grande do Sul; da Escola Superior da Magistratura Federal de Santa Catarina e do Curso Ênfase. Juiz Federal na 5ª Vara de Caxias do Sul – Seção Judiciária do Rio Grande do Sul. *E-mail:* rafamcosta@yahoo.com.br

Ricardo Marcondes Martins

Doutor em Direito Administrativo pela PUC-SP. Professor de Direito Administrativo da PUC-SP. *E-mail:* ricmarconde@uol.com.br. ORCID: //orcid.org/0000-0002-4161-9390

Rodrigo Guerra Garcia

Mestre em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 2021). MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getulio Vargas (FGV, 2018). Graduado em Administração pela Universidade Estácio de Sá. Consultor de projetos, com experiência na Administração Pública, com ênfase em gestão de projetos e planejamento. Pesquisador na área da gestão do conhecimento, em especial no campo da educação digital. *E-mail:* rodrigoguerra1979@gmail.com

Sabrina Nunes Iocken

Conselheira Substituta no TCE/SC. Pós-doutoranda em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Doutora em Direito, Política e Sociedade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Membro do Conselho Consultivo da Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP – 2021-2022). Pesquisadora na área do Direito Público, em especial nos campos do Direito Governamental, do Controle Público e das Políticas Públicas. Autora, coautora e coordenadora de obras, com destaque para os livros “Políticas Públicas e os ODS da Agenda 2030” e “Controle Compartilhado das Políticas Públicas”. *E-mail:* sabrinaiocken@gmail.com

Vanice Regina Lírio do Valle

Visiting Fellow junto ao Human Rights Program da Harvard Law School. Pós-doutorado em Administração pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Faculdade Getulio Vargas (EBAPE/FGV). Doutora em Direito pela Universidade Gama Filho (UGF). Professora colaboradora do PPGDP da UFG. Procuradora do Município do Rio de Janeiro. *E-mail:* vanicevalle@gmail.com

Vivian Cristina Lima López Valle

Doutora e Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pós-doutoranda pela Universitat Rovira i Virgili na Espanha. Possui especialização em Direito Administrativo pelo Instituto Brasileiro de Empreendedorismo Jurídico (IBEJ) e em Contratação Pública pelo Centro de Estudos de Direito Público e Regulação da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Portugal. Coordenadora Adjunta do Curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Coordenadora do Curso de Pós-Graduação em Licitação em Contratos Administrativos com Tópicos Especiais em Direito das Concessões da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Advogada. *E-mail:* vivian.lima@pucpr.br

Wesley Vaz

Secretário de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais do Tribunal de Contas da União. Professor convidado da Fundação Dom Cabral (FDC). Possui certificado em estratégia e inovação pelo MIT e mestrado em computação pela Unicamp. Coautor do livro “Inteligência Artificial – Sociedade, Economia e Estado”. *E-mail:* wvazmsc@gmail.com